

Resumo de notícias econômicas

15 de Dezembro de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 234

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 15 DEZEMBRO DE 2021

- **Por crédito tributário, Audi voltará a produzir carros no Paraná**
- **Fed tem reunião decisiva nesta quarta**
- **Empresas digitais abrem lojas físicas por mais clientes**
- **Startup cria fundo de US\$ 10 mi para varejo online**
- **Novos Fundos para o Agronegócio**
- **ADM rastreará 100% da soja comprada no Brasil**
- **Rally da Pecuária apresenta resultados da expedição**
- **PEC dos Precatórios: Câmara aprova em 1º turno alterações em proposta que viabiliza Auxílio Brasil**
- **Alta da Selic preocupa setor imobiliário**
- **FECHAMENTO CÂMBIO: DÓLAR FECHA NO MAIOR NÍVEL DESDE ABRIL NA VÉSPERA DE DECISÃO DO FED**
- **TURISMO ACUMULA PREJUÍZO DE R\$ 453 BI NA PANDEMIA, MAS CRESCERÁ 21,9% EM 2021**
- **NOVO PARECER AO PROJETO SOBRE BR DO MAR REINCLUI RETOMADA DE REPORTO**
- **COMISSÃO DA CÂMARA APROVA MERCADO LIVRE E NOVAS REGRAS PARA SETOR ELÉTRICO**

Por crédito tributário, Audi voltará a produzir carros no Paraná (15/12/2021)

O Estado de São Paulo

A Audi voltará a produzir carros no parque industrial da Volkswagen no Paraná em meados do ano que vem. Em dezembro de 2020, a montadora de veículos de luxo alemã havia anunciado a suspensão de toda a produção no Brasil por um ano, parando atividades em fevereiro de 2021.

O plano da montadora é começar com a produção de até 4 mil carros por ano de dois utilitários esportivos, ampliando gradualmente esse volume. Esse ritmo de retorno vai depender do comportamento do mercado e do desfecho nas negociações com o governo sobre o recebimento de créditos tributários. "Poucas pessoas achavam que era possível. Fizemos estudos para viabilizar o retorno da produção. A matriz entendeu que valia a pena voltar a produção no Brasil", declarou presidente da Audi no Brasil, Johannes Roscheck. A montadora também fará novos investimentos no parque industrial no Paraná, mas valores e datas ainda não foram anunciados.

Segundo Roscheck, contribuiu ao retorno da produção o avanço nas negociações com o Ministério da Economia para uso de crédito tributário da época do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), o regime automotivo que vigorava no País quando a Audi investiu na produção nacional. Criado em 2012 e encerrado em 2017, o programa nasceu para aumentar a competitividade das montadoras com fabricação local ao sobretaxar carros importados, além de visar o fomento para a cadeia produtiva e a melhoria da produtividade do setor. Os incentivos tributários eram ligados a novos investimentos, ao uso de tecnologia, segurança e eficiência energética dos veículos.

Na época, foram concedidas cotas para que as montadoras com fábricas em construção no Brasil pudessem importar carros sem pagar um IPI extra durante as obras. Porém, estima-se que as três marcas de luxo que toparam a empreitada – Audi, BMW e Mercedes-Benz – ainda tenham R\$ 287 milhões em créditos de IPI não utilizados, sendo a maior parte deles da Audi.

Fed tem reunião decisiva nesta quarta (15/12/2021)

O Estado de São Paulo

Em meio à alta da inflação e à recuperação no mercado de trabalho nos Estados Unidos, as autoridades do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) estão revendo a sua posição. Em vez de apoiar medidas de estímulos econômicos, o Fed passou agora a considerar uma retirada mais rápida das medidas que impulsionam a economia desde 2020. Em reunião de política monetária que se encerra nesta quarta-feira, 15, é esperado que o Fed anuncie uma redução mais rápida do seu programa de compras de títulos e dê indicações sobre o quão agressivo pode ser o próximo ciclo de alta de juros no país no ano que vem. As taxas estão no patamar de 0% a 0,25%.

O Fed deu o passo para retirar a ajuda à economia em novembro, quando anunciou uma desaceleração do programa de compra de títulos em vigor desde o começo da pandemia. Nas semanas desde a última reunião de política monetária, novos dados mostraram que os preços ao consumidor estão subindo no ritmo mais rápido em quase 40 anos e a taxa de desemprego caiu para 4,2%, muito abaixo de seu pico. Dadas as tendências de inflação e crescimento da economia, as autoridades do Fed sinalizaram que discutiriam a retirada do estímulo econômico neste encontro, e os economistas acham que as autoridades devem sinalizar um plano para reduzir as compras de títulos para que a compra seja interrompida em março (a previsão inicial era junho).

O banco central americano também deve indicar sua visão mais recente para as taxas de juros em suas projeções econômicas trimestrais atualizadas e pode incluir dois ou três aumentos de juros no ano que vem.

Empresas digitais abrem lojas físicas por mais clientes (15/12/2021)

Jornal Valor Econômico

Depois do forte crescimento do comércio online durante a pandemia, empresas nativas digitais estão fazendo o caminho inverso e abrindo lojas físicas. Com isso, esperam acelerar a captação de novos clientes e ampliar a divulgação da marca. O movimento inclui nomes como a Wine, especializada em vinhos, a Mobly, de móveis, e o brechó online TROC, entre outros.

No caso da Wine, a primeira loja foi inaugurada em Belo Horizonte no fim de 2019. A exemplo do restante do varejo, a loja teve de baixar as portas logo em seguida, mas foi buscar na geolocalização uma forma de encontrar clientes próximos do ponto físico para o atendimento das vendas online – e o ponto acabou virando um centro de distribuição de produtos para a região. Quando o comércio em geral voltou a funcionar, um ponto se mostrou um diferencial: com o crescimento do consumo de vinhos no País, o ponto físico se tornou uma arma de captação de novos clientes, aponta German Garfinkel, diretor da Wine. A Wine abriu mais sete lojas em 2020 e outras oito neste ano. Em 2022, a ideia é abrir uma ou duas lojas por mês, diz Garfinkel. Mas os pontos de venda serão usados mais do que para vender: passada a pandemia, a ideia é elaborar uma rotina de eventos e degustações, ampliando a interação com a clientela.

No e-commerce de móveis Mobly, a loja física deu um empurrão para que a marca fosse reconhecida pelos clientes. Essa foi a ideia que pautou a abertura, em 2019, da primeira megastore, com 3 mil metros quadrados, na Marginal Tietê. A tese se provou correta e, agora, já são 15 lojas. Depois da capitalização vinda do recente IPO, está nos planos da companhia dobrar o número de pontos de atendimento até o fim de 2022, comenta o presidente da Mobly, Victor Noda.

O brechó online TROC, do Grupo Arezzo, se lançou ao mundo físico. Além das duas lojas em funcionamento, a companhia mapeou três localizações para as próximas unidades. “Queremos desmistificar a visão que muitas pessoas ainda têm em relação à moda circular”, afirma a presidente da TROC, Luanna Toniolo. Já a startup de produtos para bebês Grão de Gente fará sua estreia com uma unidade em Santos – cidade do fundador da empresa, Gustavo Ferro, que prepara seu desembarque na capital paulista.

Startup cria fundo de US\$ 10 mi para varejo online (15/12/2021) **Broadcast**

Um fundo de US\$ 10 milhões (cerca de R\$ 55 milhões) será criado pela startup argentina Nuvemshop para financiar empresas de tecnologia com soluções para o comércio eletrônico. Os investimentos terão início em 2022 e vão focar empresas no Brasil e no México, além da própria Argentina.

A Nuvemshop, marketplace que reúne 90 mil lojas, aposta em novos serviços de tecnologia para resolver necessidades dos diferentes lojistas cadastrados à plataforma. A intenção é ter sob o próprio guarda-chuva um ecossistema completo de soluções – que pode ir de pagamentos ao pós-venda.

A empresa tem 200 companhias trabalhando junto ao marketplace, com meta de ampliar o número para “milhares” nos próximos cinco anos, diz Alejandro Vázquez, cofundador e atual presidente de comunicações da Nuvemshop.

Novos Fundos para o Agronegócio (15/12/2021)

Broadcast

A gestora de recursos Mauá Capital, fundada pelo exdiretor do Banco Central Luiz Fernando Figueiredo, vai lançar seus primeiros fundos voltados para o agronegócio, conta Carolina da Costa, sócia para Novos Negócios em Soluções Financeiras Sustentáveis e Modelos de blended finance. Dois estão em estágio avançado de conversas e devem ser apresentados entre o primeiro semestre de 2022 e o início do segundo semestre, diz ela.

Pelo modelo de “blended finance”, que reúne vários tipos de investidores, a gestora pretende envolver aqueles que só buscam ativos “verdes” e os que preferem os tradicionais, além de empresas. O objetivo é financiar fornecedores de insumos, produtores e pecuaristas de leite que recuperem pastagens degradadas, com práticas de maior sequestro de carbono e outras ações sustentáveis. “Cada fundo deve abranger centenas de milhões de reais”, diz Carolina.

ADM rastreará 100% da soja comprada no Brasil (15/12/2021)

Broadcast

A trading norte-americana Archer Daniels Midland (ADM) espera conseguir ainda este ano 100% da soja comprada no Brasil rastreada. Em particular no Brasil, rastreabilidade e desmatamento exigem atenção (ou são fatores que despertam atenção), diz Alison Taylor, diretora global de Sustentabilidade da companhia.

Rally da Pecuária apresenta resultados da expedição (15/12/2021)

Broadcast

Dados sobre produção de bovinos de corte no País serão conhecidos na quarta-feira. A Athenagro apresentará os resultados do Rally da Pecuária, que, por causa da pandemia, coletou informações sobre pastos em imagens de satélite, além de centros de pesquisa. Criadores foram entrevistados por videoconferência.

PEC dos Precatórios: Câmara aprova em 1º turno alterações em proposta que viabiliza Auxílio Brasil (15/12/2021)

O Estado de São Paulo

A Câmara aprovou, em primeiro turno, nesta terça-feira, 14, a segunda parte da (PEC dos Precatórios, que abre um espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões para aumento de gastos em 2022. Com isso, o governo do presidente Jair Bolsonaro poderá pagar o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400 e ainda negociar o restante para atender demandas de parlamentares. Foram 327 votos a 147 e 1 abstenção no primeiro turno.

O texto ainda precisa ser votado mais uma vez na Câmara, em segundo turno, em sessão convocada para 10h desta quarta-feira, 15. Os deputados devem iniciar a votação pela análise de quatro destaques. A expectativa é de que a promulgação ocorra ainda nesta semana, sem necessidade de nova votação no Senado.

Os deputados aprovaram o limite de pagamento de precatórios até 2026, e não mais até 2036, e a destinação do espaço fiscal da PEC para o Auxílio Brasil e despesas previdenciárias. A limitação para as despesas com sentenças judiciais abre uma folga de R\$ 43,8 bilhões no teto em 2022. A mudança no cálculo do teto de gastos, promulgada na semana passada, garante mais R\$ 62,2 bilhões no Orçamento.

Entretanto, entre os destaques analisados pela Câmara, há uma medida que deve rejeitar a proposta do Senado para garantir a maior parte das dívidas do antigo Fundef para Estados antes do período eleitoral. Essa medida foi aprovada por senadores alinhados aos governadores da Bahia e do Ceará, que esperam esses repasses de um fundo antigo que financiava a educação. Na Câmara, há uma oposição maior aos

gestores estaduais. Dessa forma, a parcela de 40% do Fundef deverá ser paga em 2022, mas sem uma garantia de pagamento da maior parte até agosto. Essa despesa ficará fora do teto de gastos e do limite de precatórios.

Alta da Selic preocupa setor imobiliário

Estadão (15/12/2021)

A subida da inflação e os recentes aumentos da taxa Selic fizeram com que aumentassem as preocupações sobre o futuro do setor imobiliário. A importância do setor se justifica pelo seu protagonismo no processo de recuperação econômica pós-pandemia, sendo responsável pela geração de 310 mil postos formais de trabalho nos últimos 12 meses. Porém, ao avaliar o novo cenário, com aumento de juros e inflação, aliado a um expressivo aumento nos custos de construção, muitos investidores começaram a pôr em xeque a continuidade desse bom desempenho.

No entanto, ao realizarmos uma análise mais profunda temos um cenário mais animador. O funding, pilar fundamental para sustentar o crescimento setorial, segue disponível e com condições de garantir o atual nível de produção. As principais fontes de risco também estão mitigadas. O financiamento habitacional está com uma baixa taxa de inadimplência, 0,9% ao ano (julho/21). Para contextualizar, em 2016, esse índice chegava a quase 2% ao ano. O distrato, grande vilão entre os anos de 2014-2018, segue controlado e refletindo a melhora no ambiente jurídico, consolidado com o marco legal do Distrato em dezembro de 2018.

O potencial de crescimento é considerável. O PIB da Construção, que teve seu auge em 2013, caiu cerca de 40% entre 2013 e 2018, e, desde então, recuperou apenas 1/3 desse patamar. Além disso, precisamos considerar uma expressiva melhora no ambiente empresarial. Diversas empresas do setor foram ao mercado de capitais e conseguiram levantar R\$ 9 bilhões com ofertas primárias e *follow-ons*. Isso resulta em empresas financeiramente saudáveis e amplo acesso ao mercado de crédito.

FECHAMENTO CÂMBIO: DÓLAR FECHA NO MAIOR NÍVEL DESDE ABRIL NA VÉSPERA DE DECISÃO DO FED (15/12/2021)

Broadcast

A piora do humor externo ao longo da tarde, com aceleração das perdas das bolsas em Nova York e aumento dos ganhos da moeda americana frente a divisas emergentes, acabou respingando no mercado doméstico de câmbio. Após operar em queda firme pela manhã, quando chegou a descer até o patamar de R\$ 5,61, sob impacto de leilão de linha realizado pelo Banco Central e do tom duro da ata do Copom, o dólar à vista ganhou força na etapa vespertina e, na máxima, chegou a se aproximar da linha de R\$ 5,70.

Na véspera da decisão de política monetária do Federal Reserve, que deve anunciar a aceleração da redução de compras mensais de bônus (tapering) e trazer novas projeções dos membros da instituição para a trajetória da taxa de juros, investidores se acautelaram e reduziram a exposição a ativos de risco. Há certa apreensão com o impacto da disseminação da variante ômicron sobre a atividade econômica, em especial na Europa.

Em meio a um ambiente externo já desafiador, não pegou bem por aqui a notícia de que a agência de classificação Fitch ter reafirmado o rating soberano do Brasil em BB-, mas com perspectiva negativa pretextando o aumento do risco fiscal, diante da mudança da deterioração das perspectivas para as contas públicas com a mudança na regra do teto de gastos na PEC dos Precatórios. Com oscilação de cerca de oito centavos entre a mínima (R\$ 5,6190) e a máxima a (R\$ 5,6981), o dólar à vista encerrou a sessão desta terça-feira (14) a R\$ 5,6937, alta de 0,35%, emendando o quarto pregão seguido de valorização e no maior valor desde 13 de abril (R\$ 5,7176).

TURISMO ACUMULA PREJUÍZO DE R\$ 453 BI NA PANDEMIA, MAS CRESCERÁ 21,9% EM 2021 (15/12/2021)

As atividades turísticas já somam um prejuízo de R\$ 453 bilhões desde o agravamento da pandemia do novo coronavírus no País, em março de 2020, até outubro deste ano, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). No entanto, a tendência é de recuperação gradual. Em outubro, a ociosidade da capacidade instalada do setor diminuiu, resultando na menor perda mensal de receitas

desde o início da pandemia, R\$ 11,2 bilhões, calculou o economista Fabio Bentes, responsável pelo estudo da CNC.

A CNC prevê um crescimento de 21,9% para as atividades turísticas em 2021, seguido de aumento de 2,4% em 2022. O segmento teve um tombo de 36,6% em 2020. Segundo Bentes, o cancelamento de eventos como Réveillon e Carnaval em algumas cidades brasileiras deve adiar a recuperação plena do setor para o segundo semestre de 2022. Na projeção anterior, o setor recuperava o nível pré-crise em maio. Do prejuízo acumulado na pandemia até outubro deste ano, mais da metade ficou concentrado nos estados de São Paulo (R\$ 193,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 55,7 bilhões).

O agregado especial de Atividades turísticas cresceu 1,0% em outubro ante setembro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo IBGE.

O resultado representa a sexta taxa positiva consecutiva, período em que acumulou um ganho de 51,2%. O segmento ainda opera 19,5% aquém do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia.

NOVO PARECER AO PROJETO SOBRE BR DO MAR REINCLUI RETOMADA DE REPORTO (15/12/2021)

Broadcast

O relator do BR do Mar, deputado Gurgel (PSL-RJ), reincluiu no parecer da matéria a retomada do regime tributário especial para o setor portuário, conhecido como Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária). A reativação de benefício havia sido retirada do primeiro relatório da proposta, o que enfrentou forte reação de empresas do setor portuário.

A mudança no parecer acontece enquanto o Ministério da Infraestrutura se movimenta para conseguir o apoio do governo na retomada do Reporto. O Executivo está dividido em relação ao assunto em razão da posição contrária do Ministério da Economia ao incentivo fiscal. No novo texto, Gurgel afirma que a prorrogação dos benefícios conferidos ao regime, que se encerrou no fim de 2020, para 31 de dezembro de 2023, é "salutar" para reduzir as barreiras na aquisição de equipamentos para os portos. "O crescimento e o desenvolvimento da navegação de cabotagem impactam na movimentação nos portos, que precisarão promover investimentos para acompanhar a nova demanda", afirmou o deputado no relatório. Em parecer apresentado, o deputado

escreveu outra impressão sobre a retomada do regime, mais alinhada ao Ministério da Economia. Nela, Gurgel afirmou que não poderia manter a retomada do Reporto porque a medida provocaria um "impacto fiscal relevante".

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA MERCADO LIVRE E NOVAS REGRAS PARA SETOR ELÉTRICO (15/12/2021)

Broadcast

A Comissão Especial da Câmara aprovou o projeto de lei 1.917/2015, que traz novas regras regulatórias para o setor elétrico e um cronograma para abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores. O texto foi aprovado em caráter terminativo e, caso não haja requerimento para votação do plenário da Casa, seguirá para análise no Senado.

A matéria estava parada no colegiado desde 2018. A discussão foi retomada em setembro deste ano, quando o relator, deputado Edio Lopes (PL-RR), apresentou uma nova versão de seu parecer. Desde então, diversas tentativas de votação foram realizadas, mas não havia consenso sobre o texto final.

Pela redação aprovada, todos os consumidores poderão negociar no ambiente livre em até seis anos a partir da publicação da lei. Hoje, a negociação direta com as geradoras é restrita apenas para alguns consumidores de energia, como indústrias e grandes comércios. No mercado livre, o consumidor que fecha um contrato sabe quanto pagará pela energia que vai consumir durante toda a vigência do contrato. Já para os atendidos pelas distribuidoras, como os residenciais, as tarifas são corrigidas anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O PL traz outros dispositivos aguardados pelo setor elétrico, como a possibilidade de separação de "lastro". Além da contratação de energia, será permitido a contratação separada da "segurança" que uma usina pode trazer para o sistema, por meio de lastro de capacidade ou lastro de energia.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br